SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - Telesíntese

Telecom Italia decide fundir operações com unidade de mídia

Objetivo da operação é reduzir custos e valorizar a Persidera, empresa do grupo com foco em redes digitais de radiodifusão.

A Telecom Italia anunciou na tarde desta quinta-feira (19) que não apenas vai fechar o capital da Telecom Italia Media, companhia de rádio e TV, como também fundir a operação aos negócios do grupo. A fusão será concluída até o final de setembro. A objetivo é reduzir custos e valorizar a Persidera, rede digital de radiodifusão. Também motivou a decisão a falta de liquidez da TI Media na bolsa italiana.

A proposta preliminar da incorporação foi aprovada hoje em reunião do conselho diretor da Telecom Italia, juntamente com os planos da companhia para os próximos anos e o balanço financeiro de 2014. Segundo a prévia, os sócios minoritários das TI Media poderão trocar as ações por papeis da Telecom Italia, ou vender as cotas detidas a preços de mercado.

Os conselhos diretores de ambas as empresas ainda vão aprovar a versão definitiva da proposta de fusão, em 19 de março. Em 30 de abril, acionistas da Telecom Italia votam se aprovam ou não a operação. Em 20 de maio acontece a reunião da TI Media.

:: Convergência Digital :: 13/02/2015

TIM monta plano para enfrentar crise energética, mas não descarta falhas

A TIM Brasil montou um programa estratégico para enfrentar uma possível crise energética no país e a ocorrência de apagões mais prolongados. Durante a teleconferência de resultados do 4º trimestre de 2014, realizada nesta sexta-feira, 13/02, o presidente da operadora, Rodrigo Abreu, disse que nos sites centrais, onde há maior número de concentradores, a Engenharia já aumentou o backup e montou o seu plano para manutenção dos serviços.

Uma ação mais efetiva também está sendo adotada nos sites remotos, que funcionam por meio de baterias. "Temos um problema e as autoridades do setor e do governo precisam entender que energia é um insumo. Se faltar luz por mais de três horas (tempo de duração da bateria) podemos ter problemas em alguns sites mais distantes", explicou Abreu.

A preocupação se concentra nas medições de qualidade de serviço. "Se faltar luz, vamos ter uma queda. Estamos trabalhando para minimizar os problemas. Fizemos investimentos. Compramos mais baterias. Mas as autoridades do setor e do governo precisam entender que sem energia, o serviço se deteriora", adverte o presidente da TIM Brasil.

Uma das ações da TIM para melhorar a infraestrutura está na adoção do big data. Abreu informou que, em 2014, 30 milhões de dados do CDR(informações dos assinantes) foram analisados e serviram de base para a escolha dos sites para o projeto de Mobile Broadband, que já chegou a 125 cidades. "Vamos usar o big data cada vez mais. É uma ferramenta estratégica", finalizou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - Telesíntese

Tribunal do Cade vai julgar compra da GVT pela telefônica Vivo

A superintendência-geral da autarquia enviou na quarta-feira (18) ao tribunal dois atos de concentração envolvendo o grupo Telefónica no Brasil. No despacho, recomenda a aprovação da aquisição da operadora controlada pela Vivendi, com restrições. Também sugere condicionantes à dissolução da Telco, empresa através da qual o grupo Telefónica tem participação na Telecom Italia, controladora da TIM Brasil.

A superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mandou ontem (18) dois atos de concentração envolvendo a Telefónica para o tribunal do órgão, recomendando que os negócios sejam aprovados com a assinatura de acordos em controle de concentração (ACC).

O tribunal do vai julgar a dissolução da Telco, holding da qual o grupo Telefónica é acionista e através da qual tem participação na Telecom Italia, que no Brasil controla a TIM. Com a dissolução, a companhia passa a ter participação direta da Telecom Italia.

São sócios da Telefónica na Telco as empresas italianas Assecuriazioni Generali, Intesa Sanpaolo e Mediobanca. Com a operação, a Telefónica, que hoje detém, por meio da Telco, participação minoritária no capital votante da Telecom Italia, passaria a deter uma participação direta na empresa.

O tribunal do CADE também vai avaliar a compra da GVT pela Telefônica Vivo. Ambas operam nos mercados de telefonia fixa, banda larga fixa e TV por assinatura. Como parte do pagamento da GVT, o Grupo Telefónica ofereceu ao Grupo Vivendi, atual proprietário da GVT, 8,3% do capital votante da Telecom Italia. Também fez parte da transação a transferência de ações da própria Telefônica Brasil para o Grupo Vivendi.

O Cade já teria negociado com a operadora acordos específicos em cada um dos casos. No caso da aquisição da GVT, a Superintendência identificou alguns aspectos pró-competitivos da operação, como a possibilidade dos clientes da Telefônica utilizarem a rede mais moderna da GVT, composta por fibra ótica, e a extensão das obrigações regulatórias impostas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também à GVT, que tem potencial de aumentar a oferta dos serviços das requerentes para novos clientes.

A autarquia federal entende que as atuações de Telefônica e GVT são complementares na maior parte do Brasil. No entanto, a operação resulta em concentrações em algumas cidades de São Paulo. As empresas já concordaram em adotar medidas para assegurar a oferta, qualidade e preços competitivos nos mercados de telefonia fixa, internet banda larga e TV por assinatura nestes mercados.

As empresas também concordaram em adotar remédios para eliminar preocupações concorrenciais no mercado de telefonia móvel, decorrentes do fato de as operações, tal como propostas, implicarem uma participação direta da Telefónica (controladora da Vivo) no capital da Telecom Itália (controladora da Tim), bem como uma participação da Vivendi no capital de ambas.

Os termos dos Acordos serão mantidos confidenciais até o julgamento final dos processos. O conselheiro Márcio de Oliveira Júnior será relator dos casos no tribunal. O Cade deve emitir a decisão final, no máximo, até novembro. A Telefônica Vivo

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - Carta Maior

Informante do caso HSBC diz que ainda há 'um milhão' de dados por vir

O ex-funcionário do HSBC em Genebra, Herve Falciani, é o homem por trás do maior vazamento de dados na história dos bancos.

Oito anos depois, ele disse, em entrevista à BBC, que se sente "vingado" e "aliviado", já que os dados revelados por ele finalmente vieram à tona e o escândalo vem sendo investigado em várias partes do mundo.

Segundo Falciani, estamos longe do fim da história, já que ainda há muitas informações sobre o esquema do HSBC.

Aliás, para ser bem preciso, há um milhão de bits em dados, afirma o ex-funcionário.

Ele diz que o trabalho de análise desses dados deve começar em breve e que uma grande empresa de petróleo pode ser a próxima a sentir os efeitos de um vazamento em massa de informações.

Estrelas do showbiz e traficantes

O esquema revelado por Falciani permitiu que, entre 2005 e 2007, centenas de bilhões de euros transitassem, em Genebra, por contas secretas de 106 mil clientes, entre eles, empresários, políticos, estrelas do showbizz e esportistas, mas também traficantes de drogas e armas e suspeitos de ligações com atividades terroristas.

Os documentos vazados por ele também incluem dados sobre 5,5 mil contas secretas de brasileiros, entre pessoas físicas e jurídicas, com um saldo total de US$ 7 bilhões (cerca de R$ 19,5 bilhões).

A BBC teve acesso a um e-mail, obtido pelo jornal francês Le Monde, que foi enviado por Falciani em 2008 ao órgão britânico que equivale à Receita Federal no Brasil (Her Majesty's Revenue and Customs ou HMRC), no qual ele dava detalhes do esquema.

"Mas como não obtive resposta, eu também liguei para denunciar o caso para um telefone de denúncia de evasão fiscal. Também sem sucesso."

Ainda não está claro por que o HMRC não respondeu aos contatos do ex-funcionário do HSBC e por que levou tanto tempo para que a informações se tornasse pública.

O HSBC afirma que o banco passou por reformas e que agora há menos clientes e um controle mais rígido.

Mas para Falciani, o banco tem de ser punido de qualquer jeito.

"A punição tem que ocorrer, não importa o quão grande eles são", diz ele, acrescentando que talvez haja centenas de outros bancos envolvidos em esquemas para ajudar os ricos e fugir do pagamento de impostos.

Segundo ele, é crucial que agências europeias, americanas e asiáticas trabalhem em conjunto para combater a corrupção em bancos.

Proteção aos informantes

As pessoas que se dispõem a denunciar esses esquemas também deveriam, segundo Falciani, receber maior proteção para que possam revelar o que sabem.

Mas seus críticos – e há muitos – dizem que é preciso ter cuidado com o informante e o acusam de ter tentado vender as informações.

Ele nega a acusação.

"Isso é mentira. É exatamente isso que eles tentam fazer, minar sua reputação, assim como a máfia faz", disse. "Mas já está sendo provado que eu estava certo. Eu nunca pedi dinheiro em troca das informações e agora estou podendo provar isso."

Falciani diz que enfrentou diversos problemas nos últimos sete anos, por ter vazado as informações.

Ele afirma que não tem uma casa e que viaja com o apoio de uma rede de pessoas que também estão envolvidas na luta contra o sigilo bancário.

"Foi imenso o impacto negativo que esse caso teve na minha vida, seja na pessoal ou na profissional, e também na minha reputação."

Para ele, denunciantes tem de estar dispostos a enfrentar uma longa luta.

"Isso prova o quanto é difícil e complicado fazer denúncias como essa. Certamente, tudo isso levou muito anos mais do que eu esperava que levaria. É uma grande jornada."

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - CUT

Pepsi é processada em R$ 1 milhão por terceirização ilegal

Fiscalização flagrou irregularidades na produção de salgadinhos Elma Chips em Sorocaba

A PepsiCo do Brasil foi processada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Sorocaba (SP) por terceirização ilegal na produção de salgadinhos Elma Chips. A ação requer a condenação da indústria e da prestadora de serviços Proficenter em R$ 1 milhão cada.

Na ação, a terceirizada também responde por manter os funcionários em más condições de trabalho. O valor pedido para ambas as empresas corresponde ao pagamento de danos morais coletivos. A ação tramita na 2ª Vara do Trabalho da cidade.

As empresas foram acionadas após uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), requisitada pelo MPT, flagrar a terceirização ilegal na linha de produção dos alimentos da Pepsi em Sorocaba. Os auditores fiscais verificaram que dos 230 empregados da fábrica, 160 são terceirizados da Proficenter.

No local, também foram encontrados outros problemas, como a não concessão de intervalo de 11 horas entre duas jornadas, ausência de descanso semanal remunerado de 24 horas, trabalho aos domingos sem autorização de convenção ou acordo coletivo, falta de registro de ponto e horas extras além do permitido.

O MPT requer ainda na Justiça que PepsiCo deixe de terceirizar a sua atividade fim e que a Proficenter se abstenha de prestar esse tipo de serviço em qualquer outra empresa. Nos pedidos contra a terceirizada, também consta a obrigação de efetuar o registro de horários de trabalho, a permissão para horas extras apenas dentro do limite legal de 2 horas diárias, a concessão de intervalos e de descanso semanal e o fim do trabalho aos domingos sem autorização legal.

Discriminação

No processo, o MPT também pede que a Proficenter e a Pepsi parem de distinguir o valor do pagamento de salários e de vale alimentação dos empregados que trabalhem exercendo as mesmas funções.

Investigação também concluiu que há uma grande diferença salarial entre os terceirizados e aqueles funcionários contratados diretamente pela PepsiCo, com destaque para os benefícios: os empregados da indústria recebem o vale alimentação de R$ 85, enquanto que os empregados da Proficenter recebem apenas R$ 46, mesmo exercendo as mesmas funções e trabalhando no mesmo lugar.

Precarização do trabalho

Para o procurador Gustavo Rizzo Ricardo, à frente do caso, os problemas encontrados na mão de obra terceirizada são decorrentes da própria natureza da contratação, ao mesmo tempo em que barateia os custos da empresa, precariza as relações de trabalho. O mundo empresarial identificou na terceirização uma forma de reduzir os custos com a mão de obra.

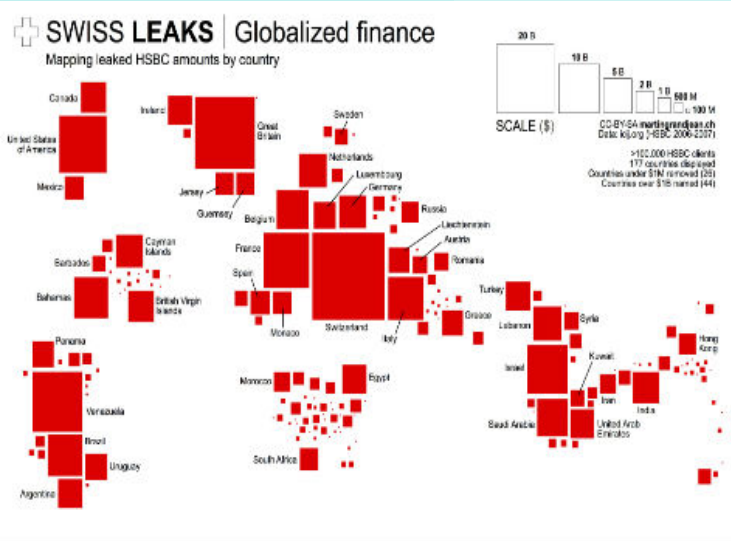
Segundo a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a contratação de trabalhador por empresa terceirizada é ilegal, com exceção do trabalho temporário, dos serviços de vigilância, limpeza e conservação, e de serviços especializados que não estejam ligados à atividade-fim da empresa contratante, desde que não haja a pessoalidade e a subordinação. Do contrário, deve-se firmar o vínculo trabalhista diretamente com o tomador de serviços, explica Rizzo Ricardo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - Portal Vermelho

Quem são os brasileiros com contas secretas no HSBC?

Investigações apontam 8,6 mil nomes do país que cometeram crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, movimentando R$ 20 bilhões na agência do banco na Suíça.



Apelidado por internautas brasileiros de "Suiçalão", o escândalo envolvendo o HSBC trouxe à tona práticas do mundo financeiro para que clientes possam ficar livres de impostos e lavar dinheiro. O "SwissLeaks" mostrou que 100 mil contas bancárias ilegais movimentaram mais de US$ 100 bilhões entre 1998 e 2007 no HSBC da Suíça. Dessas, 8.667 seriam de brasileiros. Mas quem são eles?

O primeiro nome pode ser de Robson Tuma, segundo o jornalista Luis Nassif. Isso porque na lista do HSBC "aparece o endereço Avenida Cauaxi 189, ap 203, Alphaville, Barueri". O local consta na declaração de bens pública do ex-deputado federal.

Edmond Safra, do Banco Safra, e a família Steinbruch, dono da Vicunha e da CSN, são outros nomes. Segundo Miguel do Rosário, "Steinbruch foi o principal comprador da Vale, privatizada no governo FHC". O banco Safra "foi o banco usado pela Globo para comprar os dólares que enviaria às Ilhas Virgens Britânicas, quando se envolveu naquela 'engenhosa operação' para adquirir os direitos de transmissão da Copa de 2002 sem pagar os devidos impostos".

Fernando Rodrigues, do UOL, aponta que "11 pessoas ligadas ou citadas de alguma forma no escândalo da Operação Lava Jato mantiveram contas na filial suíça do banco britânico HSBC". Entre os nomes divulgados por Rodrigues estão o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco, delator na Operação Lava Jato e que já havia revelado ter mantido valores no HSBC, oito integrantes da família Queiroz Galvão, o empresário Júlio Faerman (ex-representante da holandesa SBM) e o doleiro Henrique Raul Srour.

O UOL teve acesso aos nomes brasileiros, porém só divulgou os envolvidos na Operação Lava Jato. O site diz que vai noticiar aqueles "que tiverem interesse público, e, portanto, jornalístico" ou os que se possam provar "que existe uma infração relacionada ao dinheiro depositado no HSBC na Suíça". A justificativa para a escolha tem sido criticada nas redes sociais.

Para o cientista político Antonio Lassance, o caso do HSBC "tem merecido apenas notas de rodapé do cartel de mídia aqui presente". "Como na época da ditadura militar, sabemos detalhes do escândalo mais pela mídia internacional do que pelo cartel midiático que nos habita. A mídia que achincalha a Petrobras protege indecorosamente o HSBC e os barões ladrões por trás desse grande escândalo financeiro", argumenta.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) protocolou solicitação de esclarecimentos e providências no Ministério da Justiça (MJ), pedindo a investigação de todos os brasileiros envolvidos com contas secretas do HSBC. Para ele, a mídia não tem interesse no SwissLeaks.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/259226-10

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/02/2015 - RBA

Entidades vão cobrar retomada da lista suja do trabalho escravo

Demora do STF para julgar liminar interposta por empreiteiras irrita fiscais e ativistas, que pedem intervenção do Executivo para a divulgação da lista barrada em dezembro

Entidades de defesa de direitos humanos e de combate ao trabalho escravo no país pretendem cobrar, imediatamente após o feriado de carnaval, providências do Executivo e do Judiciário em relação à retomada da chamada lista suja do trabalho escravo – relação que divulga, semestralmente, as empresas que são flagradas submetendo empregados em situação análoga à de escravidão. A listagem teve divulgação suspensa em dezembro passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), devido a uma liminar concedida pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski.

A decisão do ministro tem caráter provisório, até o julgamento da ação que avalia a constitucionalidade da relação pelo tribunal. Mas os trabalhos do Judiciário foram iniciados no último dia 2 e, passadas três semanas, a matéria ainda não foi incluída na pauta de julgamentos pela relatora, a ministra Cármen Lúcia, conforme prometido.

Nem sequer uma reunião previamente agendada entre o ministro do Trabalho, Manoel Dias, e a secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, com ministros do STF sobre o tema foi realizada. Para os militantes, da causa que aguardavam uma novidade sobre a retomada da lista já na semana passada, o cenário é decepcionante.

Desumano

"Se o ritmo de trabalhos continuar assim, não temos como acreditar nem nas declarações de ministros do STF, de que o julgamento desta ação seria uma das prioridades do tribunal para este semestre. Nem nas promessas dos ministros do Executivo, de que iriam se empenhar para retomar a lista", afirmou a pesquisadora Ana Felícia Teles, do Conselho de Direitos Humanos do Distrito Federal.

Na última vez em que foi atualizada, em junho passado, a Lista Suja do Trabalho Escravo tinha 609 empregadores flagrados pela prática de tal ilegalidade. O Pará era o estado que apresentava maior incidência de empresas – 27% dos casos. Com a suspensão do cadastro, a atualização referente a dezembro de 2014 deixou de ser divulgada.

Recentemente, o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, recebeu o presidente da MRV Engenharia, Rubens Menin Teixeira de Souza – que é também presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc, entidade que impetrou a ação de inconstitucionalidade no STF).

O empresário ponderou que os incorporadores imobiliários não são contrários à divulgação da chamada lista suja, mas querem, segundo ele, que as empresas envolvidas em irregularidades "tenham condições de mostrar que resolveram suas pendências e, dessa forma, sair da lista."

Por sua vez, o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT) reiterou ser favorável à retomada da divulgação da lista, mas concordou em debater que outras ferramentas querem as empresas para que as incluídas entre as que exploram mão de obra de maneira indigna possam sanar as irregularidades e resolver suas pendências.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/02/entidades-querem-cobrar-retomada-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-depois-do-carnaval-7990.html

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/02/2015 - Portal Vermelho

Quatro obras do PAC estão entre as 100 mais importantes do mundo

Seis grandes obras de infraestrutura do Brasil estão entre as 100 mais importantes do mundo, de acordo com a consultoria internacional KPMG, e quatro delas têm o carimbo do PAC: o Projeto de Integração do rio São Francisco, Morar Carioca – comunidade sustentável, o Campo de Libra do Pré-sal e o sistema de tratamento de esgoto de Recife. As outras duas obras incluídas na lista, divulgada no final de 2014, são a Ferrovia Transcontinental e o Metrô da Linha 6 de São Paulo.

Segundo a publicação, cada um dos 100 projetos listados "representa o espírito de infraestrutura, desenvolvimento e financiamento privado", e revela como governos pelo mundo estão se desdobrando para encontrar meios para financiar importantes projetos de infraestrutura – como é o caso do PAC.

Das quatro obras do PAC listadas pela consultoria KPMG, a que é integralmente financiada com recursos do PAC é o Projeto de Integração do São Francisco, que gera mais de 10 mil empregos e está com quase 70% de seus trabalhos concluídos. O projeto vai levar água para mais de 12 milhões de pessoas que moram em 390 municípios do Nordeste do país. É a maior obra de infraestrutura hídrica brasileira e uma das maiores do mundo. O projeto se destaca por executar 477 quilômetros de canais em dois eixos de transferência de água – Norte e Leste – com a construção de 4 túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento e 27 reservatórios.

A lista das obras é um relatório global que a empresa KPMG faz a cada dois anos. Foram criados quatro grupos para selecionar as obras mais importantes de acordo com sua complexidade, relevância para o país, viabilidade econômica e impacto na sociedade. Para se chegar à lista final de 100 obras, foram convidados especialistas independentes dos Estados Unidos, China, Índia e Brasil, que formaram quatro júris para cada região avaliada. Após algumas rodadas de discussão dos júris, chegou-se à lista final de 100 empreendimentos.

Segundo o sócio da KPMG no Brasil, Maurício Endo, o Brasil retomou com vigor os investimentos em infraestrutura e tem feito boas iniciativas para financiar essas obras. "O PAC é um indutor e realmente tem acelerado e beneficiado vários projetos de infraestrutura, inclusive alguns de parceria público-privada, aportando recursos na área de transporte urbano, por exemplo", afirma o consultor, que elogia a integração cada vez maior entre o PAC e o Programa de Investimento em Logística (voltado para concessões), para que o Brasil aumente ainda mais o investimento em infraestrutura logística. "A infraestrutura é crucial para o crescimento das exportações e para o crescimento doméstico."

Edson Costa, coordenador do departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do PAC, lembra que a Integração do rio São Francisco é um projeto muito antigo e vem sendo debatido desde a época do Império, há mais de 100 anos. Mas só depois da inclusão da obra no PAC, em 2007, é que ela realmente começou a andar. Segundo ele, o PAC, criou um ambiente melhor de investimentos no país, priorizando algumas obras importantes e criando mecanismos para financiar os projetos. "A possibilidade de conclusão das obras que compõem a carteira do PAC são maiores, pois existe tratamento diferenciado na gestão, no monitoramento e na garantia dos recursos", explicou.

O professor de finanças da Universidade de Brasília (UnB), José Carneiro da Cunha, diz que a Integração do São Francisco é sem dúvida uma das obras mais estratégicas em andamento hoje no país, por atacar um problema antigo, que é o abastecimento de água no Nordeste.

"Resolvendo isso, vai também potencializar a produção agrícola da região e dando melhores oportunidades de emprego." Pode inclusive, diz Cunha, gerar uma redução da pressão de expansão das fronteiras agrícolas na Amazônia, já que o PISF contribuirá para melhorar a qualidade do solo do semiárido por meio da irrigação. "Além disso, faz surgir novas atividades econômicas na região, reduzindo a necessidade de programas assistenciais, o que é muito bom."